

TRIFEIRO

DO PORTO — PELO PORTO

N.º 5
SETEMBRO
1947
V SÉRIE
ANO III

REVISTA MENSAL DE DIVULGAÇÃO E CULTURA
AO SERVIÇO DA CIDADE E DO SEU PROGRESSO

Director — DR. A. DE MAGALHÃES BASTO
Editor e proprietário — ANTÓNIO SARDINHA
Delegado em Lisboa — JOSÉ DE MEIRELES

Travessa das Mercês, 48-1.º E.
Redactor-Delegado no Brasil — A. A. MARQUES DA SILVA
Rua Aristides Lobo, 169 — Rio Comprido — Rio de Janeiro.

Antero de Quental

Examinador no Liceu Nacional do Porto

As biografias mais minuciosas de Antero de Quental passaram modernamente a apontar a circunstância de ter o poeta desempenhado as funções de examinador de História, no Liceu Nacional do Porto, na época de exames de 1870. De facto, a circunstância era de apontar, desde que António Arroio, num trabalho de 1916, dedicado à viagem de Antero à América do Norte, a revelara por estas palavras textuais:

«Ele examinou-me em *História*, no liceu do Porto, aí por Junho ou Julho de 1870. Lembro-me até que me interrogou sobre a invasão mourisca da Espanha; e que, enquanto eu toscamente lhe despejava em cima o *Eurico*, do Herculano, ele me observava com a máxima atenção e me prendia no puro e raro azul, sereno, profundo, dos seus olhos. E pode ser que, naquele momento, estivesse pensando se a romântica narrativa que eu procurava reproduzir não era tão verdadeira como o mais bem documentado dos tratados, a mais autêntica das crónicas. Facto é que nem um só instante me interrompeu; e que me aprovou.»

Sempre me intrigou esta informação de António Arroio, e sempre tive vontade de esclarecer este



ANTERO DE QUENTAL (1842-1891)

Desenho por Manuel de Macedo in «Almanaque do Diário Ilustrado» — 1883 — Lisboa, 1882.

ponto, sobretudo desde que, há uns cinco ou seis anos, ao procurar confirmação na Secretaria do Liceu de Rodrigues de Freitas (estabelecimento de ensino que, como directo continuador do primitivo

Patrocinam O TRIPEIRO, as seguintes entidades: — Câmara Municipal do Porto, Câmara Municipal de Gaia, Junta de Província do Douro Litoral, Instituto Britânico no Porto, Associação Comercial do Porto, Ass. Industrial Portuense, Ass. dos Comerciantes do Porto, Clube Portuense, Ateneu Comercial do Porto, Liga Portuguesa de Profilaxia Social, Casa do Distrito do Porto em Lisboa e Casa do Porto no Rio de Janeiro.

Redacção e Adm.: L. S. Domingos, 36-1.º Porto — Tel. P. F. 21740 — Comp. e imp.: Tip. EMPRESA GUEDES, I DA — R. Formosa, 242-Porto

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

Liceu do Porto, lhe conserva os livros em seus arquivos) soube *não se encontrar, na data indicada, nem o termo de exame de António Arroio, nem qualquer outro termo assinado por Antero de Quental*. Refeito da surpresa, pensei, porém, que a afirmação de Arroio não ficava invalidada, desde que o exame a que ele se submetera tivesse sido de carácter extraordinário e, como tal, de registo em livro à parte, livro esse que se tivesse extraviado. Repousei, por então, no conforto dessa explicação, e, distraído por outras preocupações, não voltei a pensar no caso. Outro dia, porém, voltou a assaltar-me o desejo de o esclarecer, considerando arrojada aquela explicação que exigia a eventualidade do extravio dum livro. Havia que considerarem-se novas hipóteses e verificarem-se numa busca sistemática, ao longo de todos os livros que dessa época pudessem encontrar-se nos arquivos do Liceu de Rodrigues de Freitas. Pedida e obtida a autorização, retirados e manuseados os velhos volumes, conferidas e cerzidas as informações dadas por vários deles, o esclarecimento do caso foi, a meu ver, completo, e permite, corrigindo os enganos e as deficiências do texto de Arroio, precisar nitidamente esse momento da biografia de Antero de Quental.

*

Uma das mais graves dificuldades dos Reitores dos Liceus, desde que estas novas escolas foram criadas em 1836, era sempre a de conseguir organizar os júris quando, chegada a época dos exames, verificavam que o trabalho a realizar exigia um número de examinadores incorporável pelo quadro do pessoal docente do estabelecimento de ensino que dirigiam. Essas dificuldades atingiam sobretudo os Reitores dos Liceus das grandes cidades, pela afluência de candidatos vindos dos estabelecimentos particulares, aí sempre em grande número. Por tal motivo, era normal oficiarem nesse momento ao Ministério do Reino (por onde corriam as questões de Instrução), expondo a situação em que se encontravam e pedindo ou sugerindo soluções convenientes; — e normal era também que a solução adoptada viesse a ser o convite a professores de outros estabelecimentos de ensino oficial que existissem na mesma cidade. Assim, no Porto, os Reitores recorriam, ou podiam recorrer, ao professorado dos quadros da Academia Politécnica, da Escola de Belas-Artes ou do Instituto Industrial. Com os professores que essas escolas pudessem dispensar e com os do quadro da sua própria, passavam os Reitores a tentar organizar os júris de que precisavam. Nem assim, contudo, essa organização se lhes tornava fácil, como se verificou no ano de 1868. De facto, embora tivessem vindo três professores das Belas Artes (Pedro de Amorim Viana, Tadeu de Almeida Furtado e Francisco José Resende, — nomes prestigiosos, como é sabido) e mais quatro do Instituto (um dos quais Parada Leitão), o número era

ainda insuficiente, — e a Politécnica não fornecia nesse ano um só. E foi por esse motivo que, tendo sabido o Reitor que um professor do Liceu de Castelo Branco tinha vindo à Foz tratar a saúde a banhos de mar, tanto fez que conseguiu que ele de lá viesse, nesses tempos de viação difícil, tomar parte num dos seus júris. E, como nem assim ficassem resolvidas as dificuldades, ainda teve de pedir autorização (que lhe foi concedida) para contratar, fora das escolas, um indivíduo que acabara de diplomar-se pelas Belas Artes.

A inclusão deste último num dos júris do ano de 1868 é (como se pode compreender em face do que ficou exposto) um recurso extremo. As instruções recebidas pelos Reitores limitavam o campo dos seus convites aos quadros dos estabelecimentos oficiais — e só em circunstâncias muito excepcionais lhes era permitido contratar pessoas alheias a esses quadros. Ora, quando se considera que Antero de Quental teria aparecido no Liceu do Porto a examinar em História num dos anos seguintes a esse de 1868, por força que alguma circunstância muito excepcional teria impellido o Reitor a lançar mão do recurso extremo. Há, na verdade, algum momento em que essa circunstância se tenha dado? Há, de facto, — *mas não no ano de 1870*, como diz Arroio. O momento mais difícil para essas preocupações do Reitor do Liceu do Porto verificou-se, *não nesse ano, mas em 1872*.

Efectivamente, por circunstâncias várias, nem todos os professores estavam então ao serviço. Já isto era um embaraço; mas acresce que, dos disponíveis, a maior parte tinha sido atingida por uma disposição recente, segundo a qual ficavam inibidos para presidentes de júri todos os professores do quadro que, além das lições dadas no Liceu, tivessem aproveitado a faculdade (concedida nessa época) de as dar particulares. Enumerados os professores não atingidos, verificou o Reitor que não podia contar senão com três ou quatro presidentes para uns dezasseis júris que tinha a organizar... Era novo embaraço, com que não acabava a lista deles. De facto, os estabelecimentos de ensino oficial a que normalmente se recorria, parece terem oposto nesse ano não sei que dificuldades maiores à dispensa dos seus professores. A situação tornava-se cada vez mais aflitiva — e então o Reitor oficiou com urgência ao Ministério e à respectiva Direcção Geral. Em resposta vieram autorizações amplas, como o caso requeria — e o Reitor ficou com pulso livre para recorrer, em falta de professores dos estabelecimentos oficiais, não só a professores de ensino particular, como ainda a pessoas de reconhecida competência, embora alheias ao ensino. Importante era apenas que uns e outros não tivessem tido nesse ano qualquer interferência na preparação dos examinandos submetidos aos júris em que viessem a fazer serviço.

O Reitor procurou então pelo Porto as pessoas

que oferecessem garantia do bom desempenho do cargo a que as chamava, e, tendo-se previamente assegurado da sua aquiescência, enviou a cada uma delas um officio a requerer-lhes os serviços. Ora, uma dessas pessoas chamava-se, efectivamente, Antero de Quental.

E aqui está como se chega a averiguar que António Arroio se enganou e tem enganado os biógrafos de Antero: o ano em que o poeta foi examinador no Liceu Nacional do Porto foi, não o de 1870, mas sim o de 1872.



ANTERO DE QUENTAL

Desenho por Cristiano de Carvalho
in «O Arauto»—N.º 4—Porto, 1904.

Quando se chega a averiguar a data certa deste caso, quem tenha conhecimento da biografia de Antero não pode impedir-se de pensar que, afinal, nada mais natural do que ter sido, não em 1870, mas em 1872. De facto, como teria havido oportunidade, em 1870, de convidar Antero a esse serviço? Estava no Porto? veio de Lisboa de propósito? Nada disso era claro e deviamo-nos manter em reserva, certamente. Mas o mesmo não era já para acontecer se o caso se pusesse, como afinal se põe, em 1872: é que, na verdade, foi este o único ano em que o poeta (que, normalmente, só de passagem se instalava no Porto) permaneceu nesta cidade por largos meses, mais de meio ano.

O caso anda já esmiuçado nestes termos: Após o período agitado das Conferências do Casino (que tinham sido realizadas no ano anterior de 1871), Antero decidira coligir os versos líricos que havia composto por volta dos seus vinte anos, e organizar e publicar o volume das *Primaveras Românticas*. A impressão foi posta a cargo da Imprensa Portuguesa, aqui do Porto. Ora o poeta tinha nesta cidade um dos seus maiores amigos — Germano Vieira de Meireles —, que, para mais, tinha sido o primeiro editor da maior parte dessas poesias, pois as tinha publicado no *Século XIX*, jornal que dirigira em Penafiel, donde era natural. É, portanto, em casa deste amigo que Antero se instala, em fins de 1871, e donde fica vigiando os trabalhos da tipografia. Mas, publicadas as *Primaveras*, não se retira imediatamente: no Porto se demora pelo menos até Agosto, entretendo-se naturalmente a ajudar Meireles (como se supõe) nos trabalhos jornalísticos, — pois que este foi um dos primeiros redactores de *O Primeiro de Janeiro*. Efectivamente, todo o leitor das *Prosas* de Antero sabe que o poeta colaborou neste jornal durante esse período do ano de 1872. É o caso das *Considerações sobre a filosofia da história literária portuguesa* e das conseqüentes *Dois palavras a propósito do folheto do Sr. Teófilo Braga*. Temos, pois, que a data mais natural para este caso do Liceu não era a apontada por António Arroio. Na de 1872 é que ele se iria

enquadrar maravilhosamente, — como, de verdade, veio a enquadrar-se.

Estava, portanto, o poeta no Porto, havia meses. Mas isto ainda não explica que o Reitor se tivesse lembrado dele. Como vimos, o Reitor deveria entender-se, antes de mais, com os professores particulares do Porto, — e Antero nunca se dedicara ao professorado. Por certo, o seu nome era já bastante conhecido, quer pelas publicações que tinha feito, quer pelo grande ruído que, havia um ano, desencadeara em sua volta com as Conferências do Casino. Mas, como se compreende, ainda isso não seria a explicação. Ora uma circunstância permite reconstituir a explicação plausível: a instalação do poeta

em casa do seu amigo Germano Vieira de Meireles. Por quê? Pois porque Meireles, além de ser o redactor de *O Primeiro de Janeiro* de que já falei, era ainda, em horas livres, professor particular de Francês, e porque, nessa qualidade, foi convidado (como verifico nos livros do arquivo que folheio) a interrogar no júri que examinava os candidatos a aprovação nessa língua. Admitindo que a situação de Meireles no professorado tivesse levado o Reitor a pensar nele; admitindo que, no encontro que seguidamente se efectuaria, o Reitor lhe tivesse exposto as dificuldades em que se encontrava; admitindo que aquele lhe tivesse perguntado se conheceria alguém com as condições para poder solucionar essas dificuldades; — nesse caso, parece que tudo se explica: deve ter sido Meireles quem terá proposto e levado ao Liceu o seu hóspede e amigo, o poeta Antero de Quental. Em nova entrevista, em que este teria estado já, tudo viria a combinar-se definitivamente. E eis por que, dias depois, cada um deles, Meireles e Antero, teria recebido o officio cuja cópia encontro registada e resava assim:

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Não sendo possível organizar os jurys de todos os exames finais, com o pessoal d'este Lyceu nos termos do Decreto de 7 de Julho de 1871, usando da authorisação que me confere o officio da Direcção Geral d'Instrucção Publica em data d'hontem vou rogar a V. Ex.^a se digne coadjuvar o serviço dos exames nos jurys, com a gratificação de 2.000 reis por dia de serviço, dignando-se comparecer para este effeito nos dias que para isso forem indicados. D.^s G.^{de} a V. Ex.^a Secretaria do Lyceu Nacional do Porto, 21 de Junho de 1872. O Reitor do Lyceu, Custódio José Vieira.

Reparou-se na pessoa que assina como Reitor do Liceu? De propósito a não nomeei até esta altura. É agora o momento de verificar quem ela era e que espécie de relações a tinham aproximado deste mesmo Antero, havia alguns anos.

Custódio José Vieira, que entrara a reitorar o Liceu no ano anterior de 1871 e pouco se demoraria

no lugar, era aquele que vingara no foro (como advogado notável) e na política (como orador parlamentar vigoroso) e que, por outro lado, se distinguira no jornalismo, fundando no Porto o *Eco Popular*. Era uma pessoa de relevo, muito conhecida e muito considerada. Pois bem: como figura de relevo, o Dr. Custódio José Vieira tinha sido uma vez procurado por um jornalista portuense para ser um dos padrinhos no duelo que ele, jornalista, estava a ponto de travar com um poeta que o desafiava. Sucedia isto seis anos antes, nos começos de 1866. O jornalista chamava-se Ramalho Ortigão; o poeta era Antero de Quental; o motivo do duelo eram certas afirmações que o primeiro fizera em desabono do segundo, num folheto aparecido durante a Questão Coimbrã ou do Bom Senso e Bom Gosto... Sim: de facto, o Dr. Custódio José Vieira conhecia Antero pessoalmente, pelo menos desde aquele momento em que, contra este, apadrinhara a causa de Ramalho e assistira, na Arca-d'Água, às arremetidas ferozes em que foi espetado o braço do seu afilhado. Por sinal que, por causa do mesmo Dr. Custódio José Vieira, ficara Antero privado dum padrinho seu, o poeta Manuel Duarte de Almeida, porque aquele, sabendo-lhe da menor idade, o inabilitou para a função de que estava investido. — Aí está de onde ambos se conheciam. Mas tinham passado seis anos e tudo tinha desvanecido tão felizmente, que nada subsistia. Em Lisboa, Ramalho dera o braço a Eça e entrara os umbrais do Cenáculo, a oferecer a Antero o concurso das *Farpas* na cruzada que o poeta andava prègando. Aqui no Porto, o *fero* padrinho de Ramalho (*fero* é o adjectivo que lhe aplica Ricardo Jorge) chamava o antagonista do afilhado para que ele o viesse socorrer numa ocasião difícil da organização dos júris de exame.

*

«Ele examinou-me em História», — diz António Arroio. Examinou, sim, senhores. Pode ver-se isso ao folhear o livro de termos de exame no ano de 1872. Lá está o termo respeitante à aprovação de António José Arroio, em exame prestado em 27 de Junho, segundo dia em que funcionou o júri da cadeira então chamada *Geografia, Cronologia e História*. Lá está, com as dos outros dois membros, a rubrica de Antero de Quental. Isso não quer dizer, porém, que, como se tem depreendido, Antero tenha sido chamado para examinar apenas em História. Era mais vasto o serviço que o poeta iria então fazer ao Liceu Nacional do Porto, como agora se vai ver.

Na verdade, distribuídos os professores do quadro, acrescentados a eles os professores que pudessem vir das

outras escolas, acrescentados os professores particulares, — o Reitor estava ainda com três júris incompletos: o de História, o de Inglês, e o de Alemão. Estaria Antero apto a tomar conta do serviço em todos eles?

Quanto à sua competência para a História, ninguém a poria ou porá em dúvida. Todo o leitor da sua obra em geral, e mórmente das suas cartas particulares a Oliveira Martins, sabe quanto interessavam ao poeta as questões históricas, senão pela História em si mesma, segurissimamente pelo empenho com que procurava integrá-la filosoficamente dentro duma visão do Mundo e da vida. Insistir neste ponto seria supérfluo, pelo menos. — De forma que Antero podia e viria a ser um dos examinadores do júri de História.

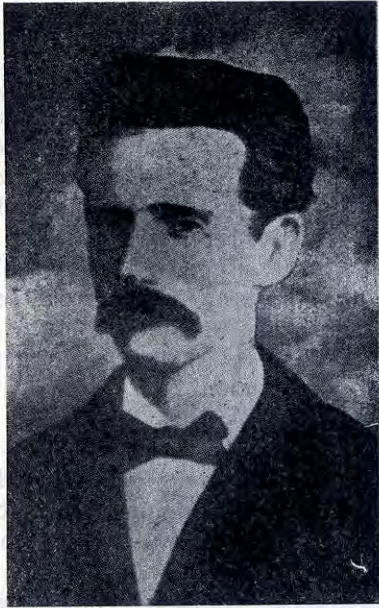
Quanto à sua competência para o Inglês, também parece não ser caso para dúvidas. Não é que tenhamos declarações que nos falem da capacidade especial do poeta para essa língua. Mas que Antero a devia dominar parece certo. Lembremo-nos, em primeiro lugar, de que ele era dos Açores, onde o Inglês é a língua estrangeira mais conhecida e difundida. Lembremo-nos, depois, de que as suas primeiras traduções foram precisamente do Inglês: um conto de Poë. Finalmente, reparemos em que é ainda António Arroio que, no mesmo trabalho aqui glosado, reproduz certos episódios revelados por Joaquim Negrão (o amigo que levou Antero à América) e que não teriam sentido se o poeta não dominasse à vontade essa língua: a entrevista gorada com a formosa mulher de Halifax ou a perspectiva em que esteve de se deixar ficar por Nova Iorque como preceptor dos filhos dum banqueiro rico. — De forma que Antero podia e viria a ser um dos examinadores do júri de Inglês.

Quanto, porém, ao caso do Alemão, a coisa oferecia dificuldades. Não é que Antero ignorasse completamente essa língua; toda a gente sabe que ele se tinha metido a aprendê-la havia algum tempo. Fizera-o, no entanto, sozinho, e apenas na medida em que fosse preenchida uma finalidade restrita: a de entender no original alemão certos textos que lhe interessavam. Nunca se preparou para mais, e isso mesmo o corrobora uma senhora alemã, D. Carolina Michaëlis, quando, no *In Memoriam*, aborda este caso. Desta forma, Antero não podia trazer ao Reitor a solução para a falha do examinador de Alemão. A não ser... Afinal, havia um processo. Como já foi dito, não eram apenas examinadores que faltavam; faltavam, por virtude de recentes disposições, os próprios presidentes. De facto, tamanha era a falta deles, que apenas quatro professores do quadro puderam assumir presidências, o que fizeram acumulando umas



ANTERO DE QUENTAL

Desenho por Correia Dias in «Em Relevo», de Renato Almeida — Rio de Janeiro, 1917.



GERMANO VIEIRA DE MEIRELES

sobre outras, até onde foi possível. Mas não foi possível para tudo; por isso mesmo, o Reitor se prevenira com autorização para investir nessas funções qualquer dos que viesse a convidar; e por isso mesmo, um desses que lhe veio de fora (Francisco José Vieira de Sá) teve a seu cargo a presidência, não de um, mas de quatro júris... — Ora bem: se, verificados os conhecimentos de Antero em Alemão, eles não lhe permitiam um muito bom desempenho do cargo de examinador dessa cadeira, — tais conhecimentos já permitiriam que dentro do júri passasse a observar e a ajuizar a aptidão dos candidatos que a seu lado estivessem sendo interrogados por outros. Quer dizer: Antero poderia ser o presidente do júri. E assim foi resolvida a dificuldade, efectivamente.

Aí ficam as razões por que o Reitor pôde organizar com Antero os seguintes três júris que descrevino:

Geografia, Cronologia e História — Presidente: Delfim de Oliveira Maia; vogais examinadores: Manuel Emídio Dantas e Antero de Quental. Este júri funcionou durante cinco dias: 26, 27 e 28 de Junho, e 1 e 24 de Julho.

Inglês — Presidente: Delfim de Oliveira Maia; vogais examinadores: Luís António Pinto de Aguiar e Antero de Quental. Este júri funcionou durante oito dias: 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11 e 17 de Julho.

Alemão — Presidente: Antero de Quental; vogais examinadores: Luís António Pinto de Aguiar e Augusto Epifânio da Silva Dias. Este júri funcionou apenas durante um dia: 16 de Julho.

Como se vê, bem maior foi a quantidade de serviço prestado pelo poeta no Liceu, do que podia entender-se pela leitura da informação de António Arroio. Foram, afinal, três júris. Foram, afinal,

catorze dias, que, a dois mil reis, lhe renderam a soma invejável, para a época, de 28\$000. Dentro desse serviço, também não foi pequeno, para o tempo, o número de examinandos, pois contamos: quarenta e dois em História, setenta e sete em Inglês, e nove em Alemão. Ao todo: cento e vinte e oito exames. E o mais curioso é que também não é pequeno o número de pessoas que, nesse momento simples examinandos nas mesas de Antero, vieram depois a marcar posições de relevo na vida intelectual portuguesa. Encontro no número dos aprovados pelo júri de História os seguintes nomes: José Augusto Coelho, António José Arroio, Ricardo de Almeida Jorge, Júlio Xavier de Matos, José Augusto Vieira, Tito Augusto Fontes... Também encontro estes nomes de candidatos aprovados pelo júri de Inglês: Basílio Teles Ribeiro, Francisco Maria Esteves Pereira, José Augusto Vieira, Maximiano Augusto de Oliveira Lemos, Luís Inácio Woodhouse... — Considerável, como se vê, o número de pessoas, ao depois gradadas, que estiveram defronte de Antero, nesses exames de 1872. E é isso, precisamente, uma das coisas que espantam: de tantos que eles foram, só um, afinal, que eu saiba, deixou fugidia, mal datada e incompleta notícia desse acontecimento, em que todos tinham estado presentes e interessava à biografia dum poeta daquele tamanho.

*

Para remate, ponhamos uma última reflexão, pedida pelo modo como António Arroio descreve o seu exame de História. É que, à primeira vista, parecerá que Antero teria sido um examinador tão diminutamente exigente, que a exposição dum



CUSTÓDIO JOSÉ VIEIRA (1822-1879)
Reitor do Liceu do Porto

Desenho por Manuel de Macedo, gravura de F. Pastor,
in «O Ocidente». Vol. II — Lisboa, 1879.

romance histórico bastaria para o satisfazer e levar a conceder aprovações em História. Alargada a conclusão aos outros júris, ficaríamos em que os exames teriam sido uma brincadeira nesse remoto ano de 1872.

Mas a conclusão será falsa. A meu ver, deve considerar-se esse relato como um tanto desfigurado por algum alindamento retórico. De facto, quando se organiza e analisa uma estatística de aprovações e reprovações dentro de cada um desses três júris, teremos de considerar os seus exames como actos muito sérios. Eis o que nos diz a aludida análise: dos quarenta e dois examinandos de História, foram reprovados onze; dos setenta e sete de Inglês, foram-no dezoito, e desistiu um outro; apenas em Alemão (onde Antero, como vimos, não examinou, mas só presidiu) não houve senão uma reprovação em nove examinandos. Daqui o que se conclui é, contrariamente, que a passagem de Antero por tais júris não constitui aquele momento de salvação de moribundos que estaria a ponto de aceitar-se. E o mais curioso é que seria António Arroio quem o poderia testemunhar muitíssimo bem, — porque se dá a circunstância particularmente notável de ter sido o dia em que obteve aprovação um dos mais severos para os examinandos: de oito que prestaram prova, ficaram reprovados três. — Mais um, e teria sido metade dos examinandos do dia...

Como interpretar então o relato de Arroio no que respeita ao seu modo de responder à invasão dos árabes? Creio saber fazê-lo. Positivamente, ninguém irá supor que António Arroio expôs a invasão dos árabes — com Hermengarda e tudo. Naturalmente, o que se passou foi simplesmente que Arroio se limitou a escolher, entre as lembranças da leitura do *Eurico*, aqueles pontos em que o romance reflecte os factos históricos basilares sobre que estava sendo interrogado. Ora, num caso destes, o que o examinando estava demonstrando era, não uma inaptidão histórica, mas, muito contrariamente, uma aptidão excelente para o caso: a que lhe permitia reconhecer, através da exposição romanceada, os factos basilares cujo conhecimento importava demonstrar. Isto, sim; isto se compreende perfeitamente que tenha acontecido; isto dá explicação perfeita para o facto de o examinando não ter sido nunca interrompido por Antero na sua exposição. Desta forma, o que ressalta é que o examinador pôde aceitar a resposta, sem necessidade, como Arroio ainda, de repesar o valor dos romances na balança em que se pesa o das crónicas. E dá-nos mais ainda talvez a medida do escrúpulo e da subtilidade na apreciação, considerando o que podia ser aptidão e o que o não era.

Naturalmente, isto não aponta, nem desmente, a sua bondade. Sem dúvida, a bondade foi um dos aspectos mais salientes do seu carácter. Todos nos entendemos a tal respeito. Desta maneira, o esclarecimento deste ponto vem mostrar-nos que, preci-

samente porque essa bondade é indiscutível, só devemos concluir que o poeta teve um dia de encontrar solução para a penosa situação que geralmente aflige aqueles a quem compete julgar: a luta fatalíssima entre a normal repugnância de *fazer sangue* (como diz a gíria), e a necessidade imperativa de manter o julgamento no plano de seriedade exigido pelas responsabilidades que acarreta. Também Antero, portanto, teve oportunidade de saber o que isso é. E não aparecem razões, como se vê, para pensarmos senão que teria tido o maior escrúpulo e a maior subtilidade na satisfação conscienciosa do cargo que desempenhou.

*

Aí fica o que averigui a respeito do caso a que uma referência de António Arroio abriu caminho — e que preenche um ponto da biografia de Antero relativo à data de Junho-Julho de 1872. Notemos agora que estou redigindo estas laudas por data idêntica de 1947. Socorrendo-me da aritmética aplicável, verifico que se trata afinal de algo com possibilidades de considerar-se comemorativo. De facto, faz precisamente neste momento três quartos de século que estas coisas se passaram.

Junho - Julho de 1947.

ANTÓNIO SALGADO JÚNIOR.

TRIFEIROS DE ONTEM

XXIII

MELO E MATOS



FRANCISCO DE MELO E MATOS — um dos elegantes da Praça, na sua época. Versejador. Quando estudante de Direito, em Coimbra, publicou um soneto que lhe deu celebridade risonha, passando, desde então a ser conhecido pelo 'sassinio d'Inês ... por ter morto Inês de Castro outra vés.

Desenho por Dr. Manuel Monterroso.